

				P	R	P
				W	P	W
p	j	fl				
ffbj	p	fl	fflp			
j	p	ffb	p ffb p			
p	p	fl	j			
j	ffh	j	fflj p j fh j			
fflffb	p	ffb p p				
j	ffh	j	fl j fl p p			
j	ffh	j	fl j fl p p			
p	flZ	j	fl p p			
p	p	ffb	m j p			
p	Wj j	p				
fflfflp	p	p				
p			p ffb p			
p	p	ffb p	p ffb p			
p	c	jp	fffb p			
ffbj	p	fl				
p		p	fflj p ffb p			
ffb	p p	jp p ffb fl	ffk			
Z	p	jp	p	p ffb		
				p ffb		
				p ffb		
				p ffb		
				p ffb		

<p>p p p p ffb c j</p>	
<p>fffbp ffb p j</p>	<p>_____</p>

P P W P P P P P P W P P

R P P

P P P

P P W P

W P W P

;

3.1.9.

;

.

W W P	W P V	P	P	P V	P V	W	P V
-------	----------	---	---	-----	-----	---	-----

P P W

WW Z P P PW PW WWZPWBW

W WWWP

P W P W

P P P W W P R P

Z

Z

Z

P W W

Z

P P

P PW

P P P C

P W P W W P P P W P W

P P

P

P W

ffb

P

P W VP W

ffb

P P R P

W WWWP

W P P P P P

WW W W Z W

ffb

I

ffb

P WW P W P P W

WW

W

W P

P W

P

P

P

P

W P W P P W

P P P W P W Z

P P P W P P W

W W P P

P P P

P P Z

P P P P

P

P

fflp p ffb ffbffh j



P

P P P P P P

•
•
•
•
•
•
•
•
•
•

Z P W P P P P P P C

W P P V W P

p j ffb ffb j j p

j ffb j ffb jp b ffb ffb j j p

WW Z P P P

WW Z P

ffb p p ffb ffb pj

ffb p p ffb ffb p jp

WW Z V P

P P P P

P		W	P	P	W	P	WP	W	W	ZP	p	p	ffb

W P P V P W P V

P P W P

□ - 9

p ffb p

p ffb p ffb p

ffp q j p

ffb ffb

ffbffb

ffb p

ffb jp

p ffb

ffb jp

p j p

Vy ffb P ffb jp

ffb j j ffb

ffb j j p ffb j P j q jp

j

P

ffb

P

PP

l j

jp i j ffbfffb

ffb

p ffb p

p ffb p ffb p

ffb q j

ffb ffb

ffbffb

Vy ffb P ffb jp

p ffbffb j

ffb j j ffb

ffb j j p ffb j P j q jp

jp ffb

p ffb p

D

D

p ffb

j

p ffb

j

□ □

□ 5 M

p p p j

pffb pffb p

fffb j pffb p

p ffbpp j p

Vy ffb P ffb jp

ffb j j p ffb j P j q jp

P

P ffb

j ffbV p ffb

P VW P
fflj j

ffb j j p ffb j P j q jp

P

fflj j

P

Z

P P Z
fflj j

ffb j j p ffb j P j q jp

P W P P
fflg j

P W P

P

WW

Z

WW

P

P

P V P

P V P

P P W P P P P

•
•
•
•
•
•
•
•
•
•

P P W P P P P

•

•

W Z W P W P P

p ffb	ffb j p p ffb	j ffb	fflp W j c jp	fflp p	p p ffb
	p				

•
•
•

•
•

W P P P P

•
•
•
•

•

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

P | P C

P W

W

P

jffbp Vy

i p

ffb

ffbfj

i p

ffbp

Vy

p

j p

ffbffj

p

j i p

jffbp Vy

i p

ffb P j ffj Vy ffb ffbfflffb

P

P P P P P Z W P

ffb j j p

P P		P W W	
P P			
P			
P			

ffb p p

j fh j p p p p	ffb p
Nome Matr	Nome Qualificação

P

P P P P ZP

ffb j j p

P P		P W W	
P P			
P			
P			

ffb p p

j fh j p p p p	fflp p
Nome Matr	Nome Qualificação

jfflp Vy ı p fh j p P ff b jp p p c j

ffbp Vy p jffbffb

ffb i p ffbffp j ffb ffb

j p ffb ffb p j | p j ffb ffb

ffbfbfh j

Avenida Teotônio Segurado, Quadra 601 Sul, Conjunto 01, Lote 19, Plano Diretor Sul
 Telefone: (63) 3219-5611 – CEP: 77016-330 – Palmas/TO
 E-mail: fiscalizacao@crcto.org.br - www.crcto.org.br

P W P W W W W Z P W

<p>p fflfbb fflfflp fflfflp ffb ffb fflfbb ffb p fflp fflbr j p</p>								
fflp	fflj j p		p fflp	W j	ffb	j ffb	Z p W j c jp	Z p p

Q P P

W P B W P P W

Z P P W P P W P W Z

P P W W P P W P W P W

P P PW W PW

P P W P P Z P PW PW W PW

W

W

P

W

W

P

W	P	P	P	P	W	P	
W	Z	P	W	_____	W		W
_____					W		

.....

...

.....

.....

C W W W P P

fflb	fflb j p		p fflp	fflb	fflp W j c jp	fflp p	fflb p fl j

C W W W W Z P P P

.....

C W W P P V W P W P P W V

C W W W W P P

C W W W W P

C W W W W P

C W W W W W W

C W W P Z P W P P

C W W P P W P

C W W P W W W W Z W

C W W P P W

C W W W P P P C

C W W W W W P V V P V V

C W W V

C W W

W

W

P

C W W

W

P P

.....

.

p ffbp ffbj ffbp jj ffbp p j P

P PW P Z

ffb	ffb j p		p ffb	ffb	ffb W j c jp	ffb p	ffb p fl j

P Z P P P

.....

ffb



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE TOCANTINS

Av. Theotônio Segurado, 601 Sul, Conj, 01 Lote 19, - Bairro Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP 77016-330
Telefone: (63) 3219-5600 - www.crcto.org.br E-mail: crcto@crcto.org.br

PROCESSO Nº 9079627110000622.000009/2024-71

Vem ao exame dessa Assessoria Jurídica, o presente processo administrativo, que visa a Aquisição de Equipamentos e Licenças para Modernização do Parque de Informática do Conselho Regional de Contabilidade de Tocantins (CRCTO).

O pedido foi encaminhado para a Assessoria Jurídica da CRCTO, para análise e parecer acerca da minuta do Edital.

Inicialmente, sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente. Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

Vê-se que a escolha do Pregão Eletrônico, como modalidade de licitação, foi adequada, pois os bens a serem adquiridos foram qualificados como comum pela unidade técnica. Destaque-se que, à luz do art. 6º, XLI, Lei nº 14.133, de 2021, somente é possível licitar o presente objeto sob o tipo menor preço ou maior desconto.

Ademais, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente. No presente caso, foi vedada a adesão à ata de registro de preços, conforme consta na minuta em exame.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

- a) documento para formalização da demanda;
- b) estudo técnico preliminar;
- c) mapa(s) de risco;
- d) termo de referência.

Dito isso, percebe-se que os documentos foram juntados ao presente processo e, em análise eminentemente formal, verifica-se que os documentos contemplaram, em geral, as exigências contidas nos normativos legais.

Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado em

licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso de compras, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 40, V, “b”, § 2º, Lei nº 14.133/2021):

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Dito isso, percebe-se que o presente certame previu a adjudicação do objeto por lotes, e no Edital consta justificativa adequada para a agregação de todos os itens em lotes.

Verifica-se que foram estimados os custos unitário e total da contratação, a partir dos dados coletados por meio de pesquisa de preços.

A exigência de designação formal do pregoeiro e da equipe de apoio foi atendida, pois houve a juntada de documento que comprova a designação do pregoeiro e da equipe de apoio.

O Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.

O art. 6º do referido Decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

No caso, a estimativa do valor da de alguns itens/lotes não ultrapassa R\$ 80.000,00. Todavia, foi apresentada justificativa com base no inciso II do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, o que fundamenta a exclusão do tratamento favorecido no caso concreto.

No presente caso, trata-se de licitação destinada ao registro de preços pela Administração, incidindo, pois, o art. 17 do Decreto nº 11.462, de 2023, de forma que a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Conforme art. 54, caput e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133/2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, bem como em jornal de grande circulação.

Desta forma, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise, esta assessoria jurídica opina pela legalidade da minuta do Edital de Licitação acostada aos autos.

É o parecer, s. m. j.

Documento assinado eletronicamente por _____, em 13/11/2024, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador _____ e o código CRC _____.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE TOCANTINS

Memorando nº 01/CPL

Em 13 de Novembro de 2024

Ref. Pregão Eletrônico nº 001/2024

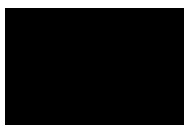
Processo Licitatório nº 9079627110000622.000009/2024-71

Assunto: Aquisição de Equipamentos e Licenças para Modernização do Parque de Informática do Conselho Regional de Contabilidade de Tocantins (CRCTO). As aquisições tem como objetivo modernizar e otimizar o parque de informática do CRCTO, assegurando a continuidade das operações e a eficiência dos serviços prestados. A aquisição busca também garantir a segurança das informações e o alinhamento com as melhores práticas e exigências do setor de Tecnologia da Informação.

1. A Comissão Permanente de Licitações e Contratações de Obras, Serviços, Compras e Vendas de Bens Patrimoniais e de Consumo do CRCTO, conforme Portaria nº 018, de 14 de junho de 2024, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, solicita a Vossa Senhoria, Autorização para que seja aberto processo licitatório na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO com o intuito de selecionar empresa para o fornecimento de Equipamentos e Licenças para modernização do parque de informática do Conselho Regional de Contabilidade de Tocantins (CRCTO), conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I.

Atenciosamente,

Contador Wilmar Ferreira Mouzinho
Presidente da CPL



Documento assinado eletronicamente por Wilmar Ferreira Mouzinho, Assistente, em 13/11/2024, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0592382 e o código CRC ECCB75CB.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE TOCANTINS

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ELETRÔNICO

Processo nº 9079627110000622.000009/2024-71

Interessado: Márcio Sousa Ribeiro

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Eletrônico nº. 001/2024

Assunto: Aquisição de Equipamentos e Licenças para Modernização do Parque de Informática do Conselho Regional de Contabilidade de Tocantins (CRCTO). As aquisições tem como objetivo modernizar e otimizar o parque de informática do CRCTO, assegurando a continuidade das operações e a eficiência dos serviços prestados.

1. O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO TOCANTINS (CRCTO), interessado Márcio Sousa Ribeiro, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Decreto lei nº 9295/46, de 27/05/1946.

2. CONSIDERANDO O Documento de Formalização de Demanda, que justificadamente solicita autorização para abertura de processo licitatório, visando a contratação do abjeto acima.

3. CONSIDERANDO que o procedimento de licitação objetiva permitir que a Administração contrate aquele que reúna as condições necessárias para o atendimento do interesse público, levando-se em consideração aspectos relacionados à capacidade técnica, econômica e financeira;

4. CONSIDERANDO, o parecer da Assessoria Jurídica desse Regional, que opinou pela legalidade da minuta do Edital de Licitação.

5. CONSIDERANDO, portanto, a necessidade e urgência na contratação do objeto.

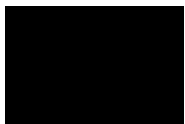
RESOLVE:

6. ACOLHER o processo em referência;

7. AUTORIZAR a Comissão de Licitação do CRCTO, a viabilizar as providências necessárias à emissão de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço** com o intuito de contratar empresas para o fornecimento de Equipamentos e Licenças para Modernização do Parque de Informática do Conselho Regional de Contabilidade de Tocantins (CRCTO), conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I.

Palmas, 13 de Novembro de 2024

Contador Márcio Sousa Ribeiro
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Sousa Ribeiro, Presidente**, em 13/11/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0592411** e o código CRC **D5EFB4C2**.

Referência: Processo nº 9079627110000622.000009/2024-71

SEI nº 0592411